

# MORALIDADE ADMINISTRATIVA

## Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 06/2021 - Dezembro/2021



# ÍNDICE

05

**Boletim Informativo - CAOPAM**

06

**Notícias do MPBA - Realidade prática de fraudes na terceirização de serviços de saúde é debatida em evento no MP**

07

**Notícias do MPBA - Reunião do CNPG debate nova Lei de Improbidade Administrativa**

07

**Notícias do MPBA - Semana do MP – Ministro do STJ Mauro Campbell destaca importância de atuação com diálogo e rigor técnico**

08

**Notícias do MPBA - MP recupera R\$ 100 mil por meio de acordos e ajuíza mais de 400 ações para combater improbidade**

08

**Notícias do MPBA - Gabinete de Crise do MPBA realiza novo encontro para discutir ações em municípios atingidos pelas chuvas no Estado**

08

**Notícias do MPBA - Nota de esclarecimento sobre rateio do Fundeb**

09

**Notícias do MPBA - PGJ participa de reunião com coordenadores dos Centros de Apoio**

09

**Notícias do MPBA - MP apura possível desobediência a decisão judicial por Município de Vitória da Conquista**



09

**Notícias do MPBA - PGJ participa de reunião com GT Coronavírus**

10

**Notícias do MPBA - Município de Itaparica se compromete a criar site para o Portal da Transparência**

10

**Notícias do MPBA - MP recomenda divulgação atualizada de pagamento de vereadores no portal da transparência de Itapetinga**

10

**Notícias do MPBA - Justiça determina suspensão de decreto que desobriga uso de máscaras em Brumado**

11

**Notícias do MPBA - Ex-diretor de núcleos escolares de Teixeira de Freitas é denunciado por peculato**

11

**Notícias do MPBA - Ex-prefeito de Teixeira de Freitas é denunciado por dispensa ilegal de licitação**

11

**Notícias do MPBA - MP aciona ex-servidor público do Município de Eunápolis por fraude em licitação**

12

**Notícias do MPBA - “Operação Basura”: Empresários e agente público são presos no sudoeste baiano**

12

**Notícias do MPBA - Operação contra sonegação fiscal é deflagrada na Bahia, Ceará, Pernambuco e São Paulo**



# ÍNDICE

12

**Notícias do MPBA - Operação é deflagrada contra esquema de propina para licenças ambientais no extremo sul baiano**

12

**Notícias do MPBA - 'Operação Apostasia' descobre depósito clandestino e apreende documentos e celulares**

13

**Notícias do MPBA - MP recomenda realização de concurso público em Ilhéus**

13

**Notícias do MPBA - Ilhéus é orientado a tirar da pauta trecho de PL sobre orçamento do fundo de saúde**

13

**Notícias do MPBA - Município de Bom Jesus da Serra deverá retomar concurso público após acordo com o MP**

14

**Notícias do STF**

16

**Notícias do STJ**

19

**Notas Técnicas**

20

**Expediente**



Prezados colegas,

Apresento a sexta edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2021. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAOPAM



## Realidade prática de fraudes na terceirização de serviços de saúde é debatida em evento no MP

A experiência prática de anos de atuação do empresário Daniel Gomes da Silva na prestação de serviços terceirizados na área de saúde foi compartilhada com membros do Ministério Público estadual na manhã de hoje, dia 30, durante o ‘Workshop sobre fraudes no âmbito da terceirização dos serviços de saúde’. O empresário, que é sócio e diretor-presidente da Drancy Assessoria Serviços e Participações Ltda, abordou detalhadamente alguns mecanismos de fraudes por meio da contratação de Organizações Sociais de Saúde (OSS), destacando o processo de qualificação, proposta técnica e financeira, os editais de chamamento, formas de desvio e lavagem, além dos pontos críticos da prestação de contas. “Um evento especial, de caráter prático, voltado a profissionais que integram o sistema de controle da gestão pública”, assinalou o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), promotor de Justiça Frank Ferrari. Ele destacou que a perspectiva dinâmica do esquema de fraude certamente enriquecerá a experiência de todos.

“Estamos muito presos à realidade estática da norma quando precisamos desenvolver um olhar mais apurado para o fato como ele acontece”, registrou Frank Ferrari. [...]

[+ Veja mais](#)







## Reunião do CNPG debate nova Lei de Improbidade Administrativa

Nesta quarta-feira (17), em Brasília (DF), na sede do Ministério Público Militar (MPM), foi realizada mais uma reunião ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), para debater temas relacionados ao fortalecimento institucional, unidade de ação e a repercussão da nova Lei de Improbidade Administrativa na atuação do MP. A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti acompanhada do chefe de gabinete, Pedro Maia e do coordenador do Centro de Apoio às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), Frank Ferrari marcou presença no evento. [...]

[+ Confira](#)



## Semana do MP – Ministro do STJ Mauro Campbell destaca importância de atuação com diálogo e rigor técnico

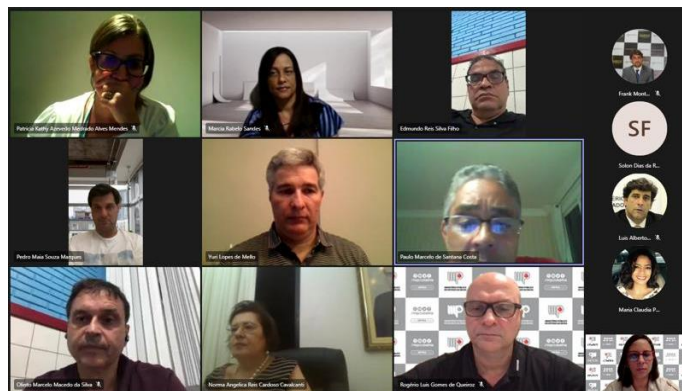
O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques abordou na tarde de hoje, dia 16, durante a conferência magna da Semana do Ministério Público baiano, o papel do MP diante da nova lei de improbidade administrativa (LIA), a 14.230/2021, que alterou a lei 8.429/1992. O ministro fez um breve panorama das etapas e contexto do trabalho realizado pela comissão de juristas, presidida por ele, responsável pela elaboração do anteprojeto de lei que serviu como base aos debates para tramitação e aprovação do projeto no Congresso Nacional. [...]

[+ Veja mais](#)



## MP recupera R\$ 100 mil por meio de acordos e ajuíza mais de 400 ações para combater improbidade

O Ministério Público estadual ajuizou, neste ano, 433 ações civis públicas de improbidade administrativa, segundo registros do sistema de informações do MP (Idea). Em 2021, foi instaurado um total de 4.251 procedimentos, entre eles 3.435 para apurar supostas violações aos princípios administrativos, 914 de danos ao erário e 195 de enriquecimento ilícito. A atuação do MP no combate à improbidade recuperou para o patrimônio público valores acima de R\$ 100 mil por meio da celebração de acordo de não persecução cível firmados em demandas de improbidade administrativa. Já em junho último, o MP celebrou com o Serviço de Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) termo de cooperação técnica com o objetivo de propiciar maior eficiência à gestão pública dos municípios baianos [...]



## Gabinete de Crise do MPBA realiza novo encontro para discutir ações em municípios atingidos pelas chuvas no Estado

O Gabinete de Gerenciamento de Crise (GTC) do MPBA realizou uma nova reunião, na terça-feira (28), juntamente com o Grupo Técnico de Apoio (GTA) e os coordenadores de Centros de Apoio, para discutir a situação de emergência ocasionada pelas fortes chuvas ocorridas no estado da Bahia. Na oportunidade, o promotor de Justiça e integrante do GTA, Edmundo Reis, explanou aos participantes o panorama geral das ações já realizadas [...]

## Nota de esclarecimento sobre rateio do Fundeb

Diante de reiteradas notícias relacionadas ao rateio que tem sido anunciado por municípios baianos, entre os profissionais da educação básica, de recursos excedentes em 2021 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Ministério Público estadual esclarece que: 1) a questão está sendo analisada pela Instituição, por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), que expedirá, em breve, orientação técnica para nortear a atuação dos promotores de Justiça. O MP é um dos integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública no Estado da Bahia, que tem acompanhado com preocupação a multiplicação de iniciativas municipais no sentido de promover o rateio de recursos orçamentários excedentes [...]





## PGJ participa de reunião com coordenadores dos Centros de Apoio

Nesta sexta-feira (05), a procuradora-geral de Justiça, Norma Cavalcanti, juntamente com o procurador-geral Adjunto, Paulo Marcelo Costa, e o chefe de gabinete, Pedro Maia participou da reunião mensal com coordenadores dos Centros de Apoio, na sala de Sessões, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). A reunião, que acontece mensalmente, tratou de assuntos relacionados a lei Geral de Proteção [...]

[+ Veja mais](#)

## MP apura possível desobediência a decisão judicial por Município de Vitória da Conquista

O Ministério Público estadual instaurou inquérito civil para acompanhar a tramitação de projetos de lei complementar enviados pelo Município de Vitória da Conquista à Câmara de Vereadores que teriam o objetivo de criar vinte cargos de assessores especiais com atribuições técnicas típicas de procuradores municipais. Segundo informações encaminhadas à 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista, a criação dos cargos, uma vez aprovados os PLs, descumpriria decisão do Tribunal de Justiça da Bahia, de agosto deste ano, que declarou inconstitucionais dispositivos de lei municipal que permitiam a nomeação de procurador jurídico sem prévia aprovação em concurso público. As informações de possível descumprimento [...]

[+ Prossiga](#)



## PGJ participa de reunião com GT Coronavírus

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, acompanhada do procurador-geral Adjunto, Paulo Marcelo Costa, reuniu-se na tarde desta segunda-feira (29) com os promotores de Justiça do Grupo de Trabalho, (GT do Coronavírus), na sede do MP, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Participaram do encontro, os coordenadores do GT, os promotores de Justiça Patrícia Kathy, Rita Tourinho, Rogério Queiroz e Frank Ferrari. A reunião tratou do atual cenário epidemiológico [...]

[+ Confira](#)



## Município de Itaparica se compromete a criar site para o Portal da Transparência

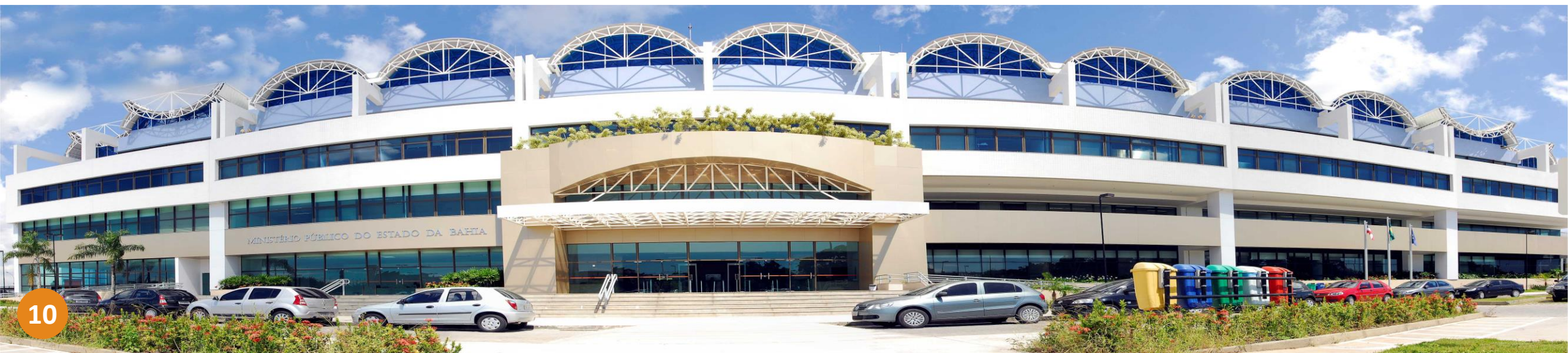
O Ministério Público estadual e o Município de Itaparica firmaram Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual o Município se compromete a criar e implementar, no prazo de 120 dias, um site referente ao “Portal da Transparência”, onde devem ser divulgados dados da administração, de acordo com a Lei de Responsabilidade [...] [+ Continue lendo](#)

## MP recomenda divulgação atualizada de pagamento de vereadores no portal da transparência de Itapetinga

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Gean Carlos Leão, recomendou à Câmara Municipal de Itapetinga a divulgação atualizada dos dados referentes ao pagamento de diárias aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Itapetinga em seu portal da transparência. No documento, o MP recomendou [...] [+ Confira](#)

## Justiça determina suspensão de decreto que desobriga uso de máscaras em Brumado

A Justiça atendeu pedido do Ministério Público estadual e determinou, em decisão liminar, a suspensão dos efeitos do decreto municipal 5.584/2021, que desobrigou o uso de máscaras faciais em locais abertos e fechados na cidade de Brumado, sudoeste da Bahia. Publicada ontem, dia 29, a determinação de desembargador plantonista do Tribunal de Justiça [...] [+ Prossiga](#)







## Ex-diretor de núcleos escolares de Teixeira de Freitas é denunciado por peculato

O Ministério Público estadual denunciou o ex-diretor e gestor financeiro dos Núcleos das Escolas do Campo do Município de Teixeira de Freitas, João Batista de Jesus, pelo crime de peculato. Segundo as apurações do promotor de Justiça Alex Bezerra Bacelar, o ex-servidor público se apropriou de dinheiro público que tinha posse, em razão do cargo, para proveito próprio. Ele utilizou cheques do fundo municipal de educação para a apropriação irregular de mais de R\$ 40 mil que deveriam ser destinados à compra de suprimentos para os núcleos no ano de 2018, apontam as investigações. As apurações indicam que João Batista [...]

[+ Continue lendo](#)



## Ex-prefeito de Teixeira de Freitas é denunciado por dispensa ilegal de licitação

O ex-prefeito do Município de Teixeira de Freitas, João Bosco Bittencourt, foi denunciado pelo Ministério Público estadual à Justiça. Segundo o promotor de Justiça Alex Bezerra Bacelar, no ano de 2013, ele dispensou licitação fora das hipóteses previstas em lei. João Bosco, explica o promotor, contratou empresa especializada em auditoria e diagnóstico por meio de processos de inexigibilidade de licitação que custaram R\$ 74,8 mil aos cofres públicos municipais. Alex Bacelar explica que o MP recebeu representação [...]

[+ Confira](#)

## MP aciona ex-servidor público do Município de Eunápolis por fraude em licitação

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra um ex-servidor público do Município de Eunápolis em razão de fraude em licitação. Segundo o promotor de Justiça Dinalmari Mendonça, autor da ação, Ginaldo Pinheiro Smith Filho foi pregoeiro lotado no setor de licitações do Município e participou do pregão presencial 04/2018, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para alunos da rede pública municipal. A empresa vencedora do pregão foi a Alicerce Construtora Terraplagem e Locadora, que firmou contrato com o Município no valor de cerca de R\$6.149 milhões para prestação do serviço no prazo [...]

[+ Leia mais](#)





## “Operação Basura”: Empresários e agente público são presos no sudoeste baiano

Investigações descobriram captação ilícita de R\$ 21,5 milhões. O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e da Promotoria de Justiça de Encruzilhada, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil do Estado da Bahia, deflagrou a “Operação Basura”, na manhã [...]

[+ Continue lendo](#)

## Operação contra sonegação fiscal é deflagrada na Bahia, Ceará, Pernambuco e São Paulo

Investigações apontam que grupo de comunicação visual teria sonegado mais de R\$ 15 milhões. Daniel Campos Carneiro Mehlem, Fábio Almeida, Heliana Souza Gonçalves, João Carlos Santos Novaes e Lúcio Flávio Duarte de Souza foram denunciados por fraude de documentos, falsidade ideológica, fraude processual, tentativa de estelionato e corrupção [...]

[+ Veja mais](#)



## Operação é deflagrada contra esquema de propina para licenças ambientais no extremo sul baiano

O Ministério Público do estado da Bahia, por meio do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil do Estado da Bahia, deflagrou a “Operação Saneamento” na manhã desta sexta-feira [...]

[+ Confira](#)

## 'Operação Apostasia' descobre depósito clandestino e apreende documentos e celulares

Um grupo empresarial do ramo de supermercados de Alagoinhas, suspeito de sonegar mais de R\$ 11 milhões de reais ao fisco estadual, é alvo da 'Operação Apostasia', deflagrada na manhã desta terça-feira (14) pela força-tarefa de combate à sonegação fiscal na Bahia. Os gestores do grupo, formado [...]

[+ Prossiga](#)



## MP recomenda realização de concurso público em Ilhéus

O Ministério Público estadual recomendou ao Município de Ilhéus que realize concurso público para substituir gradativamente servidores temporários por servidores efetivos em todas as suas secretarias. O promotor de Justiça Pedro Paula Vilela Andrade recomendou que o concurso seja realizado no prazo de um ano. Ele orientou ao prefeito que contrate instituição especializada na realização de concurso no prazo de 90 dias e que, neste [...]

[+ Prossiga](#)

## Ilhéus é orientado a tirar da pauta trecho de PL sobre orçamento do fundo de saúde

O Ministério Público estadual recomendou nesta segunda-feira, dia 8, que a Câmara de Vereadores e a Prefeitura de Ilhéus não coloquem em pauta para votação trecho do projeto de lei nº 102/2021 que fixa o orçamento do Fundo Municipal de Saúde sem a devida aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Autor da recomendação, o promotor de Justiça Pedro Paulo Vilela Andrade considerou que o Poder Executivo deve elaborar ou atualizar o Plano de Saúde municipal com a ajuda do Conselho Municipal de Saúde, que “representa os anseios da sociedade e segue as decisões das Conferências de Saúde”. “Os Conselhos Municipais devem discutir as diretrizes da política local para a Saúde e propor [...]

[+ Veja mais](#)

## Município de Bom Jesus da Serra deverá retomar concurso público após acordo com o MP

O concurso público iniciado pelo Município de Bom Jesus da Serra no ano de 2020 deverá ser retomado após o prefeito Jordano Vilasboas Alves e o Instituto Brasileiro Educar Conquista (Ibec), por meio da diretora-presidente Poliana Dantas de Sousa, firmarem Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público estadual. No documento, explica o promotor de Justiça [...]

[+ Continue lendo](#)





## Lei estadual: Poder executivo e prazo para regulamentação - ADI 4728/DF

**RESUMO:** Ofende os arts. 2º e 84, II, da Constituição Federal (CF) (1) norma de legislação estadual que estabelece prazo para o chefe do Poder Executivo apresentar a regulamentação de disposições legais.

Compete, com exclusividade, ao chefe do Poder Executivo examinar a conveniência e a oportunidade para desempenho [...] [+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1037/2021 - Brasília, 19 de novembro de 2021



## Exercício provisório no âmbito das unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores - ADI 5355/DF

**RESUMO:** É inconstitucional a vedação ao exercício provisório, de que trata o § 2º do art. 84 da Lei 8.112/1990, nas unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no exterior.

A proibição ao exercício provisório em unidades do [...] [+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1038/2021 - Brasília, 26 de novembro de 2021





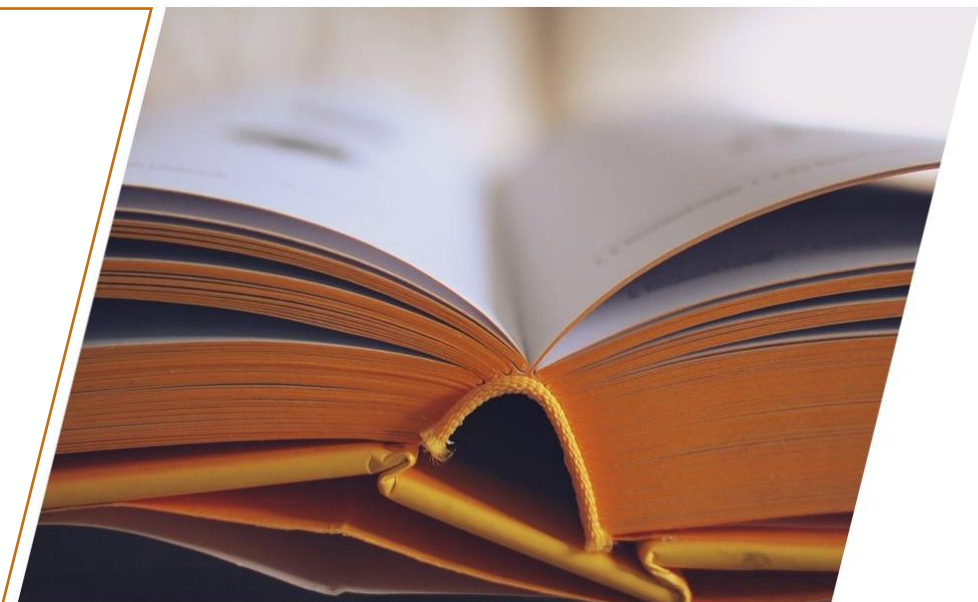


## Isonomia e instituição de subtetos remuneratórios diferenciados para entes federativos distintos - ADI 3855/DF e ADI 3872/DF

**RESUMO:** A instituição de subtetos remuneratórios com previsão de limites distintos para as entidades políticas, bem como para os Poderes, no âmbito dos estados e do Distrito Federal não ofende o princípio da isonomia.

A isonomia consagrada materialmente observa [...] [+ Prossiga](#)

Informativo STF - Nº 1039/2021 - Brasília, 03 de dezembro de 2021



## Servidor público estadual e vinculação de reajuste de vencimentos a índice federal - ADI 5584/MT

**RESUMO:** É inconstitucional a vinculação de reajuste de vencimentos de servidores públicos estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

Para evitar aumentos em cascata, a Constituição Federal (1) veda a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal no serviço [...] [+ Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1040/2021 - Brasília, 10 de dezembro de 2021



**Concurso público. Candidato aprovado dentro do número de vagas. Restrições financeiras impeditivas. Situações excepcionais. RE 598.099/MS. Inocorrência. Não nomeação dos aprovados. Ilegalidade.**

**DESTAQUE:** Para a recusa à nomeação de aprovados dentro do número de vagas em concurso público devem ficar comprovadas as situações excepcionais elencadas pelo Supremo Tribunal Federal no RE 598.099/MS, não sendo suficiente a alegação de estado das coisas - pandemia, crise econômica [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0715/2021 - Brasília, 03 de novembro de 2021

**Quinto constitucional. Vaga de advogado. Elaboração e revisão da lista sêxtupla. OAB. Autonomia e independência.**

**DESTAQUE:** A Ordem dos Advogados do Brasil possui autonomia para elaborar e revisar lista sêxtupla para indicação de advogados para concorrer à vaga do quinto constitucional. [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0716/2021 - Brasília, 08 de novembro de 2021





**Servidor público. Processo disciplinar. Sanção. Dosimetria. Controle de legalidade. Possibilidade. Penalidade de suspensão. Prazo máximo. Tempo de experiência. Ilegalidade. Antecedentes funcionais. Valoração negativa. Condenação anterior. Necessidade.**

**DESTAQUE:** É necessária condenação anterior na ficha funcional do servidor ou, no mínimo, anotação de fato que o desabone, para que seus antecedentes sejam valorados como negativos na dosimetria da sanção disciplinar. [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0718/2021 - Brasília, 22 de novembro de 2021

**Contratação temporária de pessoal. Processo seletivo simplificado. Exclusão automática de candidato. Vínculo anterior extinto por conveniência da administração. Regra editalícia desarrazoada.**

**DESTAQUE:** A norma de edital que impede a participação de candidato em processo seletivo simplificado em razão de anterior rescisão de contrato por conveniência administrativa fere o princípio da razoabilidade. [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0719/2021 - Brasília, 29 de novembro de 2021







## Súmula nº 652


**A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária. (Primeira Seção. Aprovada em 2/12/2021).**

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0720/2021 - Brasília, 06 de dezembro de 2021





 **CAOPAM**  
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa

**GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – GT/IMPROBIDADE**

**NOTA TÉCNICA nº 01/2021**

**Orienta a atuação dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia face as alterações promovidas na Lei nº 8.429/1992, Lei da Improbidade Administrativa, pela Lei nº 14.230/2021**


O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, através dos Promotores de Justiça que integram o Grupo de Trabalho para análise das alterações à Lei de Improbidade Administrativa, doravante denominado GT/Improbidade, instituído mediante Ato nº 637/2021 e com designação através da Portaria nº 1392/2021, ambos publicados no DO em 19 de novembro de 2021, com atribuição específica sobre o tema ora abordado e com supedâneo no plexo de atribuições descritas nos artigos 127 e 129, II, III, VI e IX, da Constituição Federal e no artigo 75, IV, da Lei Complementar 11/96;

**CONSIDERANDO** que o Brasil incorporou ao seu ordenamento jurídico a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, doravante Convenção Antissuborno, adotada pelo Conselho da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) em 1997 e promulgada no Brasil por

## Nota Técnica nº 01/2021

Orienta a atuação dos membros em face das recentes alterações inseridas na Lei de Improbidade Administrativa pela Lei 14.230/2021.

[+ Leia na íntegra](#)

 **CAOPAM**  
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa

**NOTA TÉCNICA CAOPAM/MPBA Nº 02/2021**

CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. NECESSIDADE DA PRESENÇA DOS SEGUINTE REQUISITOS: A) EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO FORMAL, B) NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO, C) SINGULARIDADE DO OBJETO, D) INADEQUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO POR QUADRO DO PRÓPRIO PODER PÚBLICO, E) COMPATIBILIDADE COM O PREÇO DE MERCADO. ATIPICIDADE SUPERVENIENTE DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS, EM VISTA DA REVOGAÇÃO DO ART. 11, I, DA LEI FEDERAL Nº 8.429/1992, PERSISTÊNCIA DA ILEGALIDADE, CASO NÃO PRESENTES OS CINCO REQUISITOS, PODENDO A SITUAÇÃO SER EQUACIONADA POR MEIO DE TAC OU AÇÃO CIVIL PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PREVISTO NO ART. 10, I, DA LEI FEDERAL Nº 8.429/1992, BEM COMO DO CRIME PREVISTO NO ART. 337-L DO CÓDIGO PENAL, CASO PRESENTE DANO AO ERÁRIO DECORRENTE DA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DOS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS.

Av. Joana Angélica, nº 1312, 1º andar, Nazaré, Salvador, Bahia, CEP: 40.050-001.  
Telefone: (71) 3103-6653 / 3103-6662

1/36

## Nota Técnica nº 02/2021

Fornece subsídios teóricos para atuação finalística acerca do recorrente tema da contratação de escritórios de advocacia pelos entes públicos.

[+ Leia na íntegra](#)





## Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

## CAOPAM - Coordenador

Frank Monteiro Ferrari

## CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

## CAOPAM - Analistas Técnico-Jurídicas

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula



[caopam@mpba.mp.br](mailto:caopam@mpba.mp.br)

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM  
Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores  
Clique aqui